



CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENADORIA LEGISLATIVA

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
(CEE)

PUBLICADO PELA COORDENADORIA
LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO PRETO EM ATENDIMENTO AO
DISPOSTO NO ARTIGO 120, PARÁGRAFO 2º
DO REGIMENTO INTERNO CAMERAL -
RESOLUÇÃO 174/2015

PROMOVENTE: _____

COORDENADORIA LEGISLATIVA

ASSUNTO: _____

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
(CEE)

APOIO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO PRETO



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

RELATÓRIO FINAL

PROMOVENTE: Meia da Câmara municipal

ASSUNTO: Constitui Comissão Especial de Estudos (CEE) para

analisar a conveniência de autorgar ou não a realização de feiras

Itinerantes, bem como atualizar a Legislação de Feiras Populares,

especialmente do Feirão de Manágio (Requerimento nº 23027/14 - Célio
Aguiar do Silva

COMISSÕES

JUSTIÇA/REDAÇÃO - OBRAS - EDUCAÇÃO - SAÚDE - MEIO AMBIENTE - FINANÇAS

Resolução

APROVADO: LEI COMPLEMENTAR Nº 125 DE 29/08/2014 REJEITADO EM ___/___/___

ACOLHIDO EM ___/___/___

OFÍCIO Nº _____

OBSERVAÇÕES: _____



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

RELATÓRIO FINAL

C.M.R.P	
Res.	125/14
Fl.	102.01
Rub.	8

Ante as reuniões ocorridas desta Comissão e as sugestões enviadas, foi elaborado Projeto de Lei de Autoria dos Srs. Vereadores Cícero Gomes e Paulo Modas, em anexo, e no dia 07/10/2015 foi publicado no D.O. a Lei Complementar 2.732 de 02/10/2015

Relator



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Legislação Municipal

Sumário

Ato Número: 2732
Data de Elaboração: 02/10/2015
Data de Publicação: 07/10/2015
Processo: 02.2015.0034738.0
Assunto(s): Feira, Itinerante.
Tipo de Legislação: Lei Complementar
Autor(es): Cícero Gomes da Silva, Paulo Modas.
Projeto: 218 **Ano do projeto:** 2015
Autógrafo: 906 **Ano do autógrafo:** 2015
Observações:

C. M. R. P.	
Rep. 125/14	
Fl. 02	
Rub. Roub	

Ementa e Conteúdo

ALTERA NORMA DE FUNCIONAMENTO DE FEIRAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.640 DE 09/01/2014.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 218/2015, de autoria dos Vereadores Cícero Gomes da Silva e Paulo Modas e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA CLASSIFICAÇÃO E DOS TIPOS DE FEIRAS

Art. 1º Fica alterada, no âmbito do Município de Ribeirão Preto, a norma para o funcionamento das Feiras Itinerantes, especialmente para as áreas destinadas à sua realização, o cadastramento necessário e a tributação atinente a cada uma das atividades listadas.

Art. 2º Para efeitos desta lei são consideradas Feiras Itinerantes, qualquer evento de comercialização temporário, que tenha caráter eventual, formado por empresas expositoras com CNPJ distinto entre elas, bem como do organizador, realizada no Município de Ribeirão Preto com um dos seguintes objetivos:

I - Feiras Comerciais - comercialização direta ao consumidor final, de produtos do comércio e indústria, destinados ao consumo varejista ou atacadista;

II - Feiras de Negócios - exibição de amostras de produtos, ficando vedada a comercialização direta ao consumidor final;

III - Feiras de Negócios Técnico-Científicos - intercâmbio técnico-científico entre órgãos públicos e/ou empresas privadas;

IV - Feira Cultural - eventos artísticos populares, como dança, teatro, música, poesia, realizados ao ar livre e sem fins lucrativos;

V - Feiras de Trabalhos Artesanais – exposição e comercialização de produtos artesanais, que para efeitos desta lei são aqueles de fabricação doméstica, feitos de forma manual, não podendo de forma alguma sofrer qualquer processo de industrialização;

VI - Estão excluídas dos efeitos desta lei, a Feira Artesanal da Praça Aureliano de Gusmão, Feira Artesanal do Irajá e a Feira de Mangaio.

§ 1º - A Empresa de Promoção de Eventos e expositores poderão realizar ou participar de somente um evento a cada 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º - A duração do evento não poderá exceder a sete dias contínuos, não podendo ser prorrogada em nenhuma hipótese.

CAPÍTULO II DOS ESPAÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DAS FEIRAS ITINERANTES

Art. 3º As Feiras Itinerantes poderão ser realizadas em locais abertos ou fechados observando-se o seguinte:

I - considera-se local aberto, para efeito de que trata este artigo, os logradouros públicos ou áreas de terreno devidamente estruturadas para tal fim;

II - considera-se local fechado, para efeito de que trata este artigo, clubes, galpões, centros de exposições e eventos, armazéns e similares, devidamente estruturados para tal fim, onde a entrada do público possa ser controlada;

Art. 4º Os locais destinados à realização das feiras deverão ter as seguintes características:

I - ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei 10.098/2000 e do Decreto 5.926/2004;

II - ser ventilados, de fácil acesso e com saídas amplas em caso de emergência;

III - ser comprovada a disponibilidade de área para estacionamento para visitantes, compatível com o número de expositores e a lotação máxima permitida e de acordo com a legislação vigente;

IV - ser disponibilizados gratuitamente espaços para representantes dos seguintes órgãos: PROCON; Polícia Militar; Juizado de Menores, Secretaria da Saúde e Secretaria da Fazenda;

V - ser elaborado croqui indicativo de localização de cada boxe comercial, compartimento, barraca ou demais unidades de venda, onde conste a identificação de cada participante da Feira e a empresa responsável pela montagem com a respectiva ART;

VI - o espaço ocupado por cada participante deverá ter no mínimo 2,0m X 2,5 m;

VII - cada espaço poderá ser ocupado por apenas um expositor, sendo vedada a sublocação, devendo obrigatoriamente estar nas mesmas disposições do croqui apresentado.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA TIPO DE FEIRA ITINERANTE

Art. 5º Para a realização das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º, a empresa de promoção de eventos, legalmente constituída, deverá apresentar, junto ao requerimento de licença para expedição do Alvará de Funcionamento, os seguintes documentos:

C. M. R. P.	
125/14	
Fl. 020	
Rub. Roub	

- I - Contrato Social;
- II - Cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- III - Certidão de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal;
- IV - Contrato de locação, comodato, ou qualquer autorização do proprietário do imóvel onde se realizará o evento;
- V - Relação nominal das empresas expositoras com seus dados cadastrais, acompanhada do Contrato Social, CNPJ e CND das mesmas;
- VI - Comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, Fazenda Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades sindicais patronais e de empregados do comércio e indústria, quanto à realização da feira;
- VII - Comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;
- VIII - Alvará de prevenção e proteção contra incêndio, expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros, referente ao local onde será realizada a feira e o projeto especial para o evento;
- IX - Comprovante de vistoria das instalações da feira expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros;
- X - Seguro de responsabilidade civil para danos pessoais ou materiais, contra terceiros, incêndios e acidente pessoal apólice quitada, específico para a feira a ser realizada;
- XI - Comprovante de solicitação e pagamento de horas trabalhadas de policiamento junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- XII - Manter equipe de segurança particular, integrada por seguranças devidamente habilitados na Polícia Federal, visando manter a incolumidade do público;
- XIII - Relação das empresas prestadoras de serviços com CNPJ, localização e a respectiva ART;
- XIV - Certidão do Procon;
- XV - Para os expositores, ficha de inscrição cadastral;
- XVI - Relação dos endereços e horários de funcionamento para atendimento ao público previsto no art. 7º.

Parágrafo único. No Alvará de Funcionamento deverá constar a razão social da empresa de promoção de eventos, a lotação máxima permitida, o período de permanência do evento, que não poderá ser superior a sete dias contínuos, e o horário de funcionamento.

Art. 6º O requerimento de licença para expedição do Alvará de Funcionamento deverá ser apresentado ao órgão competente da Administração Pública do Município, no prazo de 30 (trinta) dias antes da data prevista para o início da realização do evento, acompanhado de todos os documentos citados no art. 5º.

Art. 7º A empresa de promoção de eventos e os expositores ficam obrigados a:

I - não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de produtos fora do local da realização da feira, principalmente nas vias públicas da cidade, utilizando vendedores ambulantes, estando sujeitos a tributação bem como ao recolhimento da mercadoria pela Fiscalização Geral do Município, em conformidade com a Lei n. 8078;

C. M. R. P.	
Res 125/19	
Fl.	03
Rub.	Roub

II - ficam os expositores ou comerciantes obrigados a manter por 90 (noventa) dias após o término da feira, local em Ribeirão Preto, adequado para sanar vícios de quantidade, qualidade ou composição do produto ou serviço, para reclamações, assistência e ou troca de mercadorias em conformidade com Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Ficam obrigados todos os expositores ou participantes a emitir nota fiscal no ato da venda, estando sujeitos à Legislação Tributária.

Art. 8º Para a realização das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos IV e V do art. 2º, a empresa de promoção de eventos, legalmente constituída e os expositores, deverão apresentar, junto ao requerimento de licença para expedição do Alvará de Funcionamento, os seguintes documentos:

I - projeto contendo o motivo e o local de realização da Feira Cultural ou da Feira de Trabalho Artesanal, com reserva de espaço destinado à utilização por parte de órgãos públicos;

II - no caso destas feiras acontecerem em locais fechados, será obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de vistoria das instalações da feira expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros;
- b) Seguro de responsabilidade civil para danos pessoais ou materiais contra terceiros, incêndios e acidente pessoal com respectiva apólice quitada, específico para a feira a ser realizada.
- c) Apresentação das guias devidamente recolhidas de ISS.

Art. 9º. Não se aplica o disposto no art. 5º desta lei para as Feiras Culturais e Feiras de Trabalhos Artesanais.

Art. 10 Para a realização de Feiras Culturais e Feiras de Trabalhos Artesanais, se não houver uma empresa de promoção de eventos, deverá ser apresentado um responsável legal pelo cadastramento e pelas autorizações para participação dos expositores.

Art. 11 Para todos os tipos de feiras no caso de industrialização ou comercialização de gêneros alimentícios para o consumo na Feira, além de todos os documentos atinentes a cada tipo de feira, deverá ser apresentado Alvará Sanitário Municipal do município de Ribeirão Preto para cada participante que desenvolver esta atividade, conforme croqui apresentado.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 Havendo cobrança de ingressos nas Feiras Itinerantes, 10% (dez por cento) da arrecadação será destinada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que a fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 13 É vedada a venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços que não guardem afinidade ou identidade com o objetivo das Feiras Itinerantes, nos termos definidos no art. 2º desta lei.

Art. 14 O horário de funcionamento das Feiras Itinerantes deverá obedecer à legislação municipal em vigor.

Art. 15 As Feiras Itinerantes de que trata esta lei somente poderão ser realizadas por empresa promotora de eventos, regularmente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo para esta finalidade.

Art. 16 Não será permitida a realização das Feiras Comerciais, de que tratam o inciso I do art. 2º, no período de 45 dias que antecede as seguintes datas comemorativas:

C. M. R. P.	
Proc. nº	225/14
Fl.	030
Rubrica	Rub. Rado

- I - Dia das mães;
- II - Dia dos namorados;
- III - Dia dos pais;
- IV - Dia das crianças;
- V - Natal.

Art. 17 Excetuam-se das proibições e aplicações contidas nesta lei a realização de feiras municipais promovidas pelo Poder Público Municipal, entidades educacionais de ensino regular, clubes, entidades assistenciais e religiosas e associações de classe representativas do comércio e da indústria do Município de Ribeirão Preto, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local, bem como feiras e eventos declarados de interesse público municipal.

Art. 18 No exame do pedido de expedição de Alvará de Funcionamento das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos I, II e III do art. 1º observar-se-á os princípios que regem a atividade econômica, indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, devendo ser assegurada principalmente:

I - a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se a ordem pública e o interesse social;

II - a garantia dos interesses econômicos e financeiros do município;

III - o respeito às ações municipais de promoção e desenvolvimento comercial, industrial e de serviços, estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

IV - observância das responsabilidades fiscais e recolhimentos dos tributos;

V - o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais das respectivas categorias;

Art. 19 A tributação destes eventos e feiras será regulamentado em legislação competente.

Art. 20 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

DÁRCY VERA
Prefeita Municipal

C. M. R. P.	
Res.	125/14
Fl.	04
Rub.	Rach

>> Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.



Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

C.M.R.P.
Res. 125/14
Fl. 05
Rub. Roub

ANO 43 - Nº 9.813

Quarta-feira, 07 de Outubro de 2015

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

PODER EXECUTIVO

Gabinete da Prefeita

Gabinete da Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.732

DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA NORMA DE FUNCIONAMENTO DE FEIRAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.640 DE 09/01/2014.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 218/2015, de autoria dos Vereadores Cícero Gomes da Silva e Paulo Modas e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO E DOS TIPOS DE FEIRAS

Artigo 1º - Fica alterada, no âmbito do Município de Ribeirão Preto, a norma para o funcionamento das Feiras Itinerantes, especialmente para as áreas destinadas à sua realização, o cadastramento necessário e a tributação atinente a cada uma das atividades listadas.

Artigo 2º - Para efeitos desta lei são consideradas Feiras Itinerantes, qualquer evento de comercialização temporário, que tenha caráter eventual, formado por empresas expositoras com CNPJ distinto entre elas, bem como do organizador, realizada no Município de Ribeirão Preto com um dos seguintes objetivos:

I - Feiras Comerciais - comercialização direta ao consumidor final, de produtos do comércio e indústria, destinados ao consumo varejista ou atacadista;

II - Feiras de Negócios - exibição de amostras de produtos, ficando vedada a comercialização direta ao consumidor final;

III - Feiras de Negócios Técnico-Científicos - intercâmbio técnico-científico entre órgãos públicos e/ou empresas privadas;

IV - Feira Cultural - eventos artísticos populares, como dança, teatro, música, poesia, realizados ao ar livre e sem fins lucrativos;

V - Feiras de Trabalhos Artesanais - exposição e comercialização de produtos artesanais, que para efeitos desta lei são aqueles de fabricação doméstica, feitos de forma manual, não podendo de forma alguma sofrer qualquer processo de industrialização;

VI - Estão excluídas dos efeitos desta lei, a Feira Artesanal da Praça Aureliano de Gusmão, Feira Artesanal do Irajá e a Feira de Mangaio.

§ 1º - A Empresa de Promoção de Eventos e expositores poderão realizar ou participar de somente um evento a cada 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º - A duração do evento não poderá exceder a sete dias contínuos, não podendo ser prorrogada em nenhuma hipótese.

CAPÍTULO II

DOS ESPAÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DAS FEIRAS ITINERANTES

Artigo 3º - As Feiras Itinerantes poderão ser realizadas em locais abertos ou fechados observando-se o seguinte:

I - considera-se local aberto, para efeito de que trata este artigo, os logradouros públicos ou áreas de terreno devidamente estruturadas para tal fim;

II - considera-se local fechado, para efeito de que trata este artigo, clubes, galpões, centros de exposições e eventos, armazéns e similares, devidamente estruturados para tal fim, onde a entrada do público possa ser controlada.

Artigo 4º - Os locais destinados à realização das feiras deverão ter as seguintes características:

I - ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.926/2004;

II - ser ventilados, de fácil acesso e com saídas amplas em

caso de emergência;

III - ser comprovada a disponibilidade de área para estacionamento para visitantes, compatível com o número de expositores e a lotação máxima permitida e de acordo com a legislação vigente;

IV - ser disponibilizados gratuitamente espaços para representantes dos seguintes órgãos: PROCON; Polícia Militar; Juizado de Menores, Secretaria da Saúde e Secretaria da Fazenda;

V - ser elaborado croqui indicativo de localização de cada boxe comercial, compartimento, barraca ou demais unidades de venda, onde conste a identificação de cada participante da Feira e a empresa responsável pela montagem com a respectiva ART;

VI - o espaço ocupado por cada participante deverá ter no mínimo 2,0m X 2,5 m;

VII - cada espaço poderá ser ocupado por apenas um expositor, sendo vedada a sublocação, devendo obrigatoriamente estar nas mesmas disposições do croqui apresentado.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA TIPO DE FEIRA ITINERANTE

Artigo 5º - Para a realização das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º, a empresa de promoção de eventos, legalmente constituída, deverá apresentar, junto ao requerimento de licença para expedição do Alvará de Funcionamento, os seguintes documentos:

I - Contrato Social;

II - Cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - Certidão de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal;

IV - Contrato de locação, comodato, ou qualquer autorização do proprietário do imóvel onde se realizará o evento;

V - Relação nominal das empresas expositoras com seus dados cadastrais, acompanhada do Contrato Social, CNPJ e CND das mesmas;

VI - Comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, Fazenda Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades sindicais patronais e de empregados do comércio e indústria, quanto à realização da feira;

VII - Comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;

VIII - Alvará de prevenção e proteção contra incêndio, expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros, referente ao local onde será realizada a feira e o projeto especial para o evento;

IX - Comprovante de vistoria das instalações da feira expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros;

X - Seguro de responsabilidade civil para danos pessoais ou materiais, contra terceiros, incêndios e acidente pessoal apólice quitada, específico para a feira a ser realizada;

XI - Comprovante de solicitação e pagamento de horas trabalhadas de policiamento junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo;

XII - Manter equipe de segurança particular, integrada por seguranças devidamente habilitados na Polícia Federal, visando manter a incolumidade do público;

XIII - Relação das empresas prestadoras de serviços com CNPJ, localização e a respectiva ART;

XIV - Certidão do Procon;

XV - Para os expositores, ficha de inscrição cadastral;

XVI - Relação dos endereços e horários de funcionamento para atendimento ao público previsto no art. 7º.

Parágrafo Único - No Alvará de Funcionamento deverá constar a razão social da empresa de promoção de eventos, a lotação máxima permitida, o período de permanência do evento, que não poderá ser superior a sete dias contínuos, e o horário de funcionamento.

Artigo 6º - O requerimento de licença para expedição do Al-

vará de Funcionamento deverá ser apresentado ao órgão competente da Administração Pública do Município, no prazo de 30 (trinta) dias antes da data prevista para o início da realização do evento, acompanhado de todos os documentos citados no art. 5º.

Artigo 7º - A empresa de promoção de eventos e os expositores ficam obrigados a:

I - não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de produtos fora do local da realização da feira, principalmente nas vias públicas da cidade, utilizando vendedores ambulantes, estando sujeitos a tributação bem como ao recolhimento da mercadoria pela Fiscalização Geral do Município, em conformidade com a Lei nº 8078;

II - ficam os expositores ou comerciantes obrigados a manter por 90 (noventa) dias após o término da feira, local em Ribeirão Preto, adequado para sanar vícios de quantidade, qualidade ou composição do produto ou serviço, para reclamações, assistência e ou troca de mercadorias em conformidade com Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - Ficam obrigados todos os expositores ou participantes e emitir nota fiscal no ato da venda, estando sujeitos à Legislação Tributária.

Artigo 8º - Para a realização das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos IV e V do art. 2º, a empresa de promoção de eventos, legalmente constituída e os expositores, deverão apresentar, junto ao requerimento de licença para expedição do Alvará de Funcionamento, os seguintes documentos:

I - projeto contendo o motivo e o local de realização da Feira Cultural ou da Feira de Trabalho Artesanal, com reserva de espaço destinado à utilização por parte de órgãos públicos;

II - no caso destas feiras acontecerem em locais fechados, será obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovante de vistoria das instalações da feira expedido pela autoridade municipal do Corpo de Bombeiros;

b) Seguro de responsabilidade civil para danos pessoais ou materiais contra terceiros, incêndios e acidente pessoal com respectiva apólice quitada, específico para a feira a ser realizada;

c) Apresentação das guias devidamente recolhidas de ISS.

Artigo 9º - Não se aplica o disposto no art. 5º desta lei para as Feiras Culturais e Feiras de Trabalhos Artesanais.

Artigo 10 - Para a realização de Feiras Culturais e Feiras de Trabalhos Artesanais, se não houver uma empresa de promoção de eventos, deverá ser apresentado um responsável legal pelo cadastramento e pelas autorizações para participação dos expositores.

Artigo 11 - Para todos os tipos de feiras no caso de industrialização ou comercialização de gêneros alimentícios para o consumo na Feira, além de todos os documentos atinentes a cada tipo de feira, deverá ser apresentado Alvará Sanitário Municipal do município de Ribeirão Preto para cada participante que desenvolver esta atividade, conforme croqui apresentado.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12 - Havendo cobrança de ingressos nas Feiras Itinerantes, 10% (dez por cento) da arrecadação será destina-

da ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que a fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Artigo 13 - É vedada a venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços que não guardem afinidade ou identidade com o objetivo das Feiras Itinerantes, nos termos definidos no art. 2º desta lei.

Artigo 14 - O horário de funcionamento das Feiras Itinerantes deverá obedecer à legislação municipal em vigor.

Artigo 15 - As Feiras Itinerantes de que trata esta lei somente poderão ser realizadas por empresa promotora de eventos, regularmente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo para esta finalidade.

Artigo 16 - Não será permitida a realização das Feiras Comerciais, de que tratam o inciso I do art. 2º, no período de 45 dias que antecede as seguintes datas comemorativas:

- I - Dia das mães;
- II - Dia dos namorados;
- III - Dia dos pais;
- IV - Dia das crianças;
- V - Natal.

Artigo 17 - Excetuam-se das proibições e aplicações contidas nesta lei a realização de feiras municipais promovidas pelo Poder Público Municipal, entidades educacionais de ensino regular, clubes, entidades assistenciais e religiosas e associações de classe representativas do comércio e da indústria do Município de Ribeirão Preto, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local, bem como feiras e eventos declarados de interesse público municipal.

Artigo 18 - No exame do pedido de expedição de Alvará de Funcionamento das Feiras Itinerantes de que tratam os incisos I, II e III do art. 1º observar-se-á os princípios que regem a atividade econômica, indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, devendo ser assegurada principalmente:

- I - a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se a ordem pública e o interesse social;
- II - a garantia dos interesses econômicos e financeiros do município;
- III - o respeito às ações municipais de promoção e desenvolvimento comercial, industrial e de serviços, estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
- IV - observância das responsabilidades fiscais e recolhimentos dos tributos;
- V - o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais das respectivas categorias.

Artigo 19 - A tributação destes eventos e feiras será regulamentado em legislação competente.

Artigo 20 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

DÁRCY VERA

Prefeita Municipal

MARCUS VINÍCIUS BERZOTI RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo

LAYR LUCHESI JÚNIOR

Secretário Municipal da Casa Civil

UE 02.02.10



Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Imprensa Oficial do Município de Ribeirão Preto

Lei nº 1.482 de 20/novembro/1964

Lei nº 2.591 de 10/janeiro/1972

Dárcy da Silva Vera
Prefeita Municipal

Marco Antonio dos Santos
Diretor Superintendente Coderp

Marcia Roseli Rosseto
Jornalista Responsável - MTb 21.777

Carlos Cesar Pires de Sant'Anna
Gerente da Imprensa Oficial

Administração/Redação/ Impressão

Rua Saldanha Marinho, 834 - Centro
Cep 14010-060 - Ribeirão Preto - SP

Telefones

Recepção 3977-8290
Fax 3977-8293

E-mail: imprensaoficial@coderp.com.br

Pesquisa Edições:

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Índice sequencial

PODER EXECUTIVO

Gabinete da Prefeita

(Portarias, Ofícios, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções.)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretarias Municipais

(Portarias, Ofícios, Resoluções)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autorarquias, Empresas Públicas, Fundações e Sociedade de Economia Mista.

(Portarias, Ofícios, Resoluções)

LICITAÇÕES E CONTRATOS

(Atos da Administração Direta e Indireta)

CONCURSOS PÚBLICOS

(Atos da Administração Direta e Indireta)

PODER LEGISLATIVO

(Atos Gerais)

INEDITORIAIS

(Diversos de terceiros)

C.M.R.P

Res. 125/14

Fl.

Rub.